

RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.979 - SE (2020/0074126-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS**
ADVOGADOS : **CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - SE000392A**
: **NAYCA NEGREIROS FERREIRA - SE000487**
: **ALICE OLIVEIRA COSTA SANTOS BATINGA - SE010100**
RECORRIDO : **NIVALDINO PEREIRA DA SILVA**
ADVOGADO : **DIOGO DORIA PINTO - SE004071**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **LAERT NASCIMENTO ARAÚJO - SE001780**
: **JUNE DE JESUS VERISSIMO GOMES - MS009877**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. TERMO INICIAL DO PRAZO RECURSAL. CONSIDERA-SE DATA DA PUBLICAÇÃO O PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE AO DA DISPONIBILIZAÇÃO NO DJE. APELAÇÃO INTEMPESTIVA. 2. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Fundação Petrobras de Seguridade Social, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Sergipe, assim ementado (e-STJ, fl. 271):

PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. APELAÇÃO INTEMPESTIVA VALIDADE DA INTIMAÇÃO REALIZADA PELO PJE.

DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Apelação em face de sentença que julgou parcialmente procedente ação ordinária objetivando a declaração de inexistência de débito relativo a contrato de empréstimo firmado de forma fraudulenta em nome do demandante.

2. Esse eg. Tribunal já firmou entendimento no sentido de que é plenamente válida e legal a intimação realizada exclusivamente pelo Sistema PJE, ante o disposto no art. 5º da Lei 11.419/2006, não sendo necessário, pois, a publicação do referido ato no Diário da Justiça Eletrônico. Sendo assim, não merece acolhida a alegação de nulidade da intimação suscitada pelo apelante.

3. No caso em exame, verifica-se que a recorrente foi intimada eletronicamente da sentença em 15/04/2018, tendo protocolizado a apelação apenas em 27/06/2018, quando de há muito já ultrapassado o prazo legal de 15 (quinze) úteis, que findou em 08/05/2018, sendo

manifesta, pois, sua intempestividade.

4. Apelação não conhecida.

Os embargos de declaração foram acolhidos com efeitos infringentes para majorar os honorários advocatícios (e-STJ, fls. 440-443).

Contrarrazões apresentadas às fls. 422-429 (e-STJ).

Admitido o especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem considerou a intempestividade do recurso de apelação, conforme trecho abaixo transcrito (e-STJ, fl. 270):

A Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, estabelece, em seu art. 5º, que as intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

Destarte, é de ciência das partes que a comunicação dos atos processuais no Processo Judicial Eletrônico - PJe não se dá por intermédio de publicação no Diário da Justiça - DJe, mas sim por acesso direto ao Sistema do PJe, o que constitui um dever das partes. (...)

No caso em exame, verifica-se que a recorrente foi intimada eletronicamente da sentença em 15/04/2018 (cf. id. nº 4058500.1778656), tendo protocolizado a apelação apenas em 27/06/2018 (cf. id. 4058500.1930861), quando de há muito já ultrapassado o prazo legal de 15 (quinze) úteis, que findou em 08/05/2018, sendo manifesta, pois, sua intempestividade.

Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em perfeita consonância com a a Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e considera em seu art. 4º, § 3º, "como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da publicação da informação no Diário da Justiça eletrônico".

Assim, o prazo processual somente começará a contar no dia útil seguinte ao da publicação (art. 4º, § 4º, Lei 11.419/2006).

No caso, a sentença foi disponibilizada no DJe em 15/4/2018 (e-STJ, fl. 173), considerando-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte, ou seja, 16/4/2018. Assim, o prazo para interpor a apelação iniciou-se no dia 17/4/2018 (terça-feira) e findou-se 8/5/2018 (terça-feira), tendo sido protocolado o inconformismo em 27/6/2018, conforme fl. 217 (e-STJ). Portanto, caracterizada a intempestividade do

recurso de apelação.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. PRAZO. DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO. INÍCIO. PUBLICAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O início do prazo para recorrer, nas intimações realizadas via Diário de Justiça Eletrônico, dá-se no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação, nos termos do art. 4º, § 4º, da Lei nº 11.419/96.

2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.080.424/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 4/2/2011).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 1% sobre o valor do débito declarado inexistente acrescido do valor da condenação a título de danos morais.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator